



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
ASSESSORIA CLIC

**Objeto:** Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva das Salas Cofres.

**Assunto:** pedido de impugnação. Decisão.

1. Cuidam os autos do PE 90003/2026 para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva das salas cofres do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e do Instituto Nacional de Meteorologia INMET, em Brasília - DF, cujo edital do certame foi publicado com previsão de abertura da sessão para as 10h do dia 10/04/2026.
2. O instrumento convocatório dispõe que
  - 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
  - 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
3. O inciso [LX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021<sup>\[1\]</sup>](#) apresenta o conceito de agente de contratação destacando que é parte de suas atribuições **executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação**.
4. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022<sup>\[2\]</sup>](#) e o [art. 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022<sup>\[3\]</sup>](#) trazem o rol de atuação do agente de contratação, destacando-se a condução e coordenação da sessão pública da licitação, incluindo receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e **requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos**, caso necessário.
5. Considerando o teor do pedido de Impugnação 5 (SEI nº 51731488) e da manifesta incipiência deste pregoeiro quanto aos aspectos técnicos, requisitei subsídios formais aos responsáveis da área técnica pela elaboração do Edital e seus Anexos para encaminhar a resposta solicitada pelo interessado (SEI nº 51731492).
6. Em resposta, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) manifestou-se nos seguintes termos, conforme se verifica no Despacho 45 - resposta à impugnação 5 DYTZ (SEI nº 51734684):

**Despacho 45 - resposta à impugnação 5 DYTZ (SEI nº 51734684)**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa Dytz (51731488), no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, na qual se questionam, em síntese, as exigências relativas à comprovação

de capacidade técnica vinculada à manutenção de certificação ABNT NBR 15247 e à apresentação de relatório de teste de estanqueidade emitido por organismo certificador, sob alegação de restrição à competitividade e afronta à Lei nº 14.133/2021 .

A impugnação é tempestiva e deve ser conhecida. Passa-se à análise de mérito.

## **1. Questionamento 1 - Manutenção da certificação ABNT NBR 15247**

Esclarece-se que a expressão “manter a sala com certificação vigente” não configura exigência de certificação da licitante, tampouco condiciona a habilitação à vinculação com fabricante ou organismo certificador.

Trata-se de referência técnica às condições operacionais do ambiente, especialmente no caso da sala-cofre do MDA, devendo ser interpretada como preservação das características de segurança, estanqueidade e desempenho.

Tal entendimento está em consonância com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que permite a exigência de comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto.

Adicionalmente, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 8204/2019 - 2ª Câmara), a Administração deve evitar exigências de certificação exclusiva, o que não ocorre no presente caso.

Nesse sentido, cumpre destacar que, em resposta a questionamento anteriormente formulado por licitante, esta Administração já esclareceu que serão aceitos atestados que comprovem a execução de teste de estanqueidade conforme as normas NFPA 2001 ou ASTM E779, ainda que não haja acompanhamento ou emissão de relatório por Organismo Certificador de Produto (OCP), desde que reste devidamente comprovada a capacidade técnica da licitante para a execução do serviço, em conformidade com as exigências do edital.

Tal entendimento observa os princípios da razoabilidade, da competitividade e da economicidade, não havendo prejuízo à qualidade técnica da prestação dos serviços.

Dessa forma, a exigência deve ser interpretada de forma ampliativa e não restritiva, em consonância com o art. 42 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

## **2. Questionamento 2 - Emissão do relatório de teste de estanqueidade**

A exigência de realização de teste de estanqueidade conforme NFPA 2001 ou ASTM E779 é tecnicamente justificada, sendo essencial para garantir a efetividade dos sistemas de combate a incêndio por gás.

Quanto à emissão do relatório, esclarece-se que a exigência visa assegurar confiabilidade técnica e rastreabilidade do ensaio, sendo admitida documentação técnica idônea emitida por entidade competente, desde que apta à realização do ensaio.

Nesse sentido, cumpre destacar que, em resposta a questionamento anteriormente formulado por licitante, esta Administração já esclareceu que serão aceitos atestados que comprovem a execução de teste de estanqueidade conforme as normas NFPA 2001 ou ASTM E779, ainda que não haja acompanhamento ou emissão de relatório por Organismo Certificador de Produto (OCP), desde que reste devidamente comprovada a capacidade técnica da licitante para a execução do serviço, em conformidade com as exigências do edital.

Tal entendimento observa os princípios da razoabilidade, da competitividade e da economicidade, não havendo prejuízo à qualidade técnica da prestação dos serviços.

Dessa forma, a exigência deve ser interpretada de forma ampliativa e não restritiva, em consonância com o art. 42 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

### **3. Questionamento 3 - Critérios objetivos da prova de conceito**

Os critérios objetivos para avaliação da prova de conceito encontram-se estabelecidos no Termo de Referência, por meio das especificações técnicas, requisitos funcionais e parâmetros de desempenho exigidos.

Adicionalmente, o detalhamento dos procedimentos e critérios de avaliação da prova de conceito está formalmente previsto no **Anexo II - Especificação Prova de Conceito**, no qual consta, inclusive, tabela estruturada contendo: (i) o item a ser testado; (ii) a ação solicitada à licitante; e (iii) o resultado esperado, permitindo a verificação objetiva do atendimento aos requisitos definidos pela Administração.

A exigência de prova de conceito encontra respaldo nos arts. 17, §3º, e 41 da Lei nº 14.133/2021, bem como na IN SGD/ME nº 94/2022.

O Tribunal de Contas da União admite a utilização de prova de conceito como mecanismo de mitigação de riscos, desde que fundamentada e vinculada a critérios objetivos, o que se verifica no presente caso.

### **4. Questionamento 4 - Demonstração prática da solução**

Embora o objeto da contratação seja a prestação de serviços de manutenção, estes envolvem a operação integrada de sistemas críticos, tais como:

- monitoramento ambiental;
- sistemas de CFTV;
- controle de acesso;
- infraestrutura de suporte.

A prova de conceito visa demonstrar a capacidade da licitante em operar, integrar e manter esses sistemas de forma adequada, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços.

Não se trata de demonstração de solução nova, mas de validação da capacidade operacional.

## **5. Questionamento 5 - Localização dos critérios da prova de conceito**

Os critérios e parâmetros para realização da prova de conceito encontram-se descritos no Termo de Referência, integrados às especificações técnicas do objeto.

O detalhamento dos procedimentos e critérios de avaliação da prova de conceito está formalmente previsto no **Anexo II - Especificação Prova de Conceito**, no qual consta, inclusive, tabela estruturada contendo: (i) o item a ser testado; (ii) a ação solicitada à licitante; e (iii) o resultado esperado, permitindo a verificação objetiva do atendimento aos requisitos definidos pela Administração.

Eventual necessidade de detalhamento adicional poderá ser sanada por meio de esclarecimentos, não configurando vício capaz de comprometer a legalidade do certame.

## **6. Da inexistência de restrição indevida à competitividade**

Não se verifica restrição indevida à competitividade.

As exigências:

- possuem fundamento técnico;
- são compatíveis com a complexidade do objeto;
- visam garantir a adequada execução contratual.

Adicionalmente, conforme verificado na fase de Pesquisa de Preços, houve participação de múltiplos fornecedores aptos à execução do objeto.

## **7. Da vistoria técnica**

Ressalta-se que o edital prevê a possibilidade de realização de vistoria técnica, a qual permanece disponível às licitantes interessadas.

Destaca-se que diversas empresas já realizaram vistoria nos ambientes, evidenciando a transparência do certame e a disponibilidade de informações complementares.

## **8. Conclusão**

Diante do exposto, conclui-se que:

- os questionamentos foram devidamente esclarecidos;
- não há ilegalidade nas exigências editalícias;
- os requisitos encontram respaldo na Lei nº 14.133/2021;
- não há restrição indevida à competitividade.

## **9. Decisão**

Ante o exposto, **conhece-se da impugnação, por ser tempestiva, e, no mérito, nega-se provimento**, mantendo-se

integralmente as disposições do edital.

Encaminhe-se à área de licitações para ciência e divulgação aos interessados.

7. O art. 14 do DECRETO Nº 12.642, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - estrutura MAPA dispõe que:

Art. 14. **À Subsecretaria de Tecnologia da Informação compete:**

I - implementar a estratégia de transformação digital no âmbito do Ministério, em conformidade com as orientações do órgão central do Sisp;

II - atuar como o órgão setorial do Sisp, orientar as unidades do Ministério quanto aos atos normativos estabelecidos pelo referido Sistema e articular a comunicação com o órgão responsável por sua coordenação central;

III - **elaborar o planejamento e exercer a governança central das soluções tecnológicas aplicadas no Ministério para a otimização de recursos, investimentos, padrão de desenvolvimento, sustentação, segurança da informação e gestão de dados integrada;**  
(...)

8. Em face do exposto e considerando que a EPC possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, considerando que à **Subsecretaria de Tecnologia da Informação** tem a competência regimental de planejamento e governança das soluções tecnológicas aplicadas ao MAPA, **ACOLHO** a manifestação da EPC contida no **Despacho 45 - resposta à impugnação 5 DYTZ (SEI nº 51734684)** e, no mérito, **INDEFIRO** o pedido de Impugnação 5 (SEI nº 51731488).

**EDSON MARQUES FILHO**

Agente de Contratação/Pregoeiro

[Portaria SPOA/MAPA nº 1.070/2026](#)

[1] LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

[2] Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:  
[...]

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

[3] Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON MARQUES FILHO, Pregoeiro(a)**, em 09/04/2026, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51770546** e o código CRC **E38E624E**.

**Referência:** Processo nº 21000.028664/2023-16

SEI nº 51770546